

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.285.847 - MG (2018/0100598-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : DANIEL SILVA RABELO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões recursais, aponta a defesa violação dos arts. 70 e 71 do Código Penal, sustentando a inaplicabilidade simultânea de duas regras distintas de concurso de crimes, porquanto *a soma das penas dos roubos continuados à da corrupção de menor, causou prejuízo ao réu, cuja pena, acaso aplicado tão somente o aumento decorrente da continuidade delitiva, ficaria evidentemente menor.*

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo defensivo, mantendo a sentença condenatória pela prática do crime do art. 157, § 2º, II, na forma do art. 70, ambos do Código Penal e do art. 244-B da Lei 8.069/90, à pena de 7 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão e 48 dias-multa, manifestando-se, quanto à dosagem da pena, nos seguintes termos (fl. 273/275):

Por fim, verifico que a reprimenda imposta ao recorrente não merece qualquer reparo, posto que corretamente fixada pelo Mm. Magistrado sentenciante.

No que tange aos delitos de roubos majorados perpetrados com a corrupção de menores, verifica-se como imperativo o reconhecimento da figura do concurso formal e não o material, considerando que o agente praticou, mediante uma mesma ação, as condutas diversas - a ficção jurídica do crime continuado de roubo e a efetiva corrupção dos adolescentes. Dessa maneira, o mais técnico é aplicar ao caso a modalidade de concurso formal de crimes prevista no art. 70 do Código Penal.

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo:

[...]

Todavia, o MM. Juiz primevo, ao fixar a reprimenda, afirmou estar aplicando o concurso material por ser mais benéfico ao réu. De fato, o reconhecimento do concurso material em detrimento do

material beneficia o sentenciado. Destarte, diante da ausência de recurso ministerial e da impossibilidade de reformar a sentença em prejuízo do acusado, mantenho a reprimenda nos exatos termos da sentença.

Conforme se observa, o magistrado de 1º Grau reconheceu a continuidade delitiva entre os três crimes de roubo e, não obstante o reconhecimento do concurso formal entre os crimes de roubo com o crime de corrupção de menores, aplicou o concurso material, por ser mais benéfico ao réu, o que foi mantido pelo Tribunal *a quo*.

Tal conclusão se coaduna com o entendimento desta Corte Superior no sentido de que, por se tratarem de crimes de natureza diversa, não se aplica a regra da continuidade delitiva entre o roubo e o delito de corrupção de menores. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO E CORRUPÇÃO DE MENORES. AFASTAMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. CRIMES DE ESPÉCIES DIFERENTES. REEXAME DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE DIREITO. DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES NÃO INTEGRANTE DO NEXO DE CONTINUIDADE DELITIVA DO CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRECEDENTES DO STJ.

1. Ao decidir pelo afastamento da continuidade delitiva, fez-se necessário apenas a reprodução de entendimento já firmado nesta Corte Superior, no sentido de que é incabível reconhecer a continuidade delitiva entre crimes de espécies diferentes, não se fazendo necessário, para tanto, a análise de elementos de prova.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em sintonia com a do STF, havendo concurso formal entre dois delitos cometidos em continuidade delitiva, somente incidirá um aumento de pena, qual seja, a relativa ao crime continuado. Todavia, tal regra não tem aplicabilidade nas hipóteses em que um dos crimes não faça parte do nexo da continuidade delitiva do outro delito, embora cometidos em concurso formal, tal como ocorre com o delito de corrupção de menores - de espécie diversa -, o qual não integra a continuidade delitiva relativa ao outro delito - de roubo majorado (HC n. 165.224/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 15/9/2015).

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1380061/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019).

Estando, portanto, o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, impõe-se a incidência

da Súmula 83/STJ, a obstar o processamento do recurso especial, inclusive o interposto com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

